

--- **SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM, REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E TRÊS.**-----

-----  
--- Aos vinte e sete dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e quatro, pelas vinte e uma horas e cinquenta minutos, reuniu a Assembleia Municipal de Santarém, no Salão Nobre do Governo Civil, na cidade de Santarém, com a seguinte Ordem de Trabalhos: --

--- **Um**–APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA, DESDE A ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA. -----

--- **Dois**–REGULAMENTO PARA INSPECÇÃO DE ASCENSORES, MONTA-CARGAS, ESCADAS MECÂNICAS E TAPETES ROLANTES, TAXA E REGIME SANCIONATÓRIO. -----

--- **Três**–PROPOSTAS DE VOTOS, MOÇÕES OU RECOMENDAÇÕES, ENTREGUES NA MESA ATÉ AO INÍCIO DO PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”. -----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** ordenou que se procedesse à chamada, tendo-se verificado as seguintes presenças: -----

--- José Miguel Correia Noras, Luís Alberto Ferreira Leitão, Aires Manuel Gaspar Duarte Lopes, Ana Lúcia Moreira Machado Santos Virtudes, António Carvalho Carreira, António Morgado Maurício D’ Avó, Carla Andreia Costa dos Santos, Carlos Manuel Luís Catalão, Cláudio José Viveiros Sarmiento da Silva, Elmano de Almeida Matos, Eurico Mateus Guerra Saramago, Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes, Helder Nuno Jesus Cruz Oliveira Pombo, João Carlos de Almeida Ribeiro Martinho, José António Pisco Borrego, José Luís Marques Cabrita, José Manuel Gaspar, Leonel de Matos Martinho do Rosário, Luís Filipe Fragoso Carvalho de Almeida, Manuel Albino da Conceição Rosa, Nuno Miguel Freire Gameiro Castelbranco, Ricardo Zarco Martinho do Rosário, Rosalina da

Piedade Melro Blaser Gaspar, Vasco Navarro da Graça Moura, Vicente Carlos Flor Batalha, Vítor Manuel de Almeida Garcia Alves, Vítor Manuel de Sousa Varajão.-----

--- **Presidentes de Junta:**-----

--- José Ilídio da Fonseca Freire, Ezequiel Azinheira Louro, Joaquim Júlio da Luz Saramago, Manuel Joaquim Vieira, António Manuel Simões Cordeiro Duarte, Eva Sofia Ferreira Quaresma Costa, Joaquim da Silva Lucas da Graça, Basílio Duarte Oleiro, Ricardo Gonçalves Ribeiro Gonçalves, Luís Manuel Madeira Mena Esteves, Diamantino Carvalho Vicente, Joaquim Manuel Gaspar Aniceto, Mário José Rodrigues dos Santos, Carlos Manuel Beirante Gomes Beja, António Marcelino Rodrigues Talhão, Joaquim Manuel Barreiros Mateiro, José António Coelho Madeira, António João Ferreira Henriques, Luís Manuel Graça Batista, Sebastião Morgado Ribeiro, Ricardo Luís da Costa, Luís Maria Severino Arrais, Vítor Manuel da Costa de Oliveira Gaspar, José Daniel Graça Madeira, Manuel de Oliveira da Silva Cordeiro, Vítor Manuel Damas Pinto da Rocha, Firmino Joaquim Prudêncio D' Oliveira e Joaquim António Salgado Canha. --

--- Verificaram-se as seguintes ausências:-----

--- Jorge Manuel D' Assunção Ferreira da Costa Rosa e Mónica Isabel Duarte Mendonça.

--- Solicitaram a sua substituição, nos termos da Lei e do Regimento, os seguintes membros da Assembleia:-----

--- João Luís Madeira Lopes, Pedro Miguel Rodrigues Neves Veloso e Pedro Nuno Pimenta Braz. -----

--- Confirmada a existência de quórum, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão, convidando o senhor António Marcelino Rodrigues Talhão para Segundo Secretário da Mesa, em substituição do senhor Francisco José Viegas Santos ausente por motivos profissionais. -----

--- A seguir, informou do pedido de suspensão de mandato, por seis meses, do senhor deputado Jorge Manuel D' Assunção Ferreira da Costa Rosa, por motivos profissionais.-

--- Felicitou, ainda, o senhor deputado municipal Vasco Graça Moura pelo “prémio” da Língua Portuguesa que, recentemente, lhe foi atribuído, o qual a todos congratula e

enobrece. -----

--- Depois, solicitou a palavra o senhor **Vasco Graça Moura** para agradecer as palavras que lhe foram dirigidas, referindo ser com muita honra que o endossa à língua que fala e à literatura que nela é escrita.-----

--- A seguir, o senhor **Presidente da Assembleia** deu início ao **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**, submetendo a discussão e votação as actas números nove/dois mil e três e dezasseis/dois mil e três, tendo ambas sido **aprovadas por unanimidade**. ---

--- Prosseguiu-se o **Período de Antes da Ordem do Dia** com a intervenção do senhor **Eurico Saramago** que solicitou esclarecimentos em relação ao andamento dos trabalhos da Comissão de Inquérito sobre a aquisição do terreno da Quinta do Poço. -----

--- De imediato, o senhor **Presidente da Assembleia** informou que cabe aos membros da referida Comissão prestar os devidos esclarecimentos sobre o andamento dos respectivos trabalhos. Todavia, adiantou que o processo em causa foi objecto de ordem de arquivamento, pelo Tribunal de Contas, em Dezembro último. -----

--- Depois, interveio o senhor **Vicente Batalha** dando conhecimento das diligências tomadas pela Comissão do Ambiente e do Alviela, salientando ter havido uma reunião da referida Comissão com o Presidente da Câmara de Alcanena e a AUSTRA, da qual resultou a elaboração de um relatório que foi presente àquela Comissão. Foi, ainda, estabelecido solicitar uma audiência ao senhor Ministro do Ambiente, no sentido de convidar este governante a visitar o Alviela. -----

--- Salientou que o referido convite foi efectuado, nas barreirinhas, aquando da visita do senhor Presidente da República a Alcanena, na qual o senhor Ministro do Ambiente fazia parte da comitiva, adiantando que o referido governante aceitou o convite em causa. ----

--- A seguir, usou da palavra o senhor **Francisco Madeira Lopes** solicitando esclarecimentos sobre o resultado da reunião havida entre os senhores Presidente da Câmara de Santarém e o Ministro do Ambiente, nomeadamente em relação às barreiras de Santarém. -----

--- Interveio, de seguida, a senhora **Eva Sofia Costa**, Presidente da Junta de Freguesia de Almoester, agradecendo o empenhamento dos senhores Presidente da Câmara e Vereador Joaquim Neto na resolução urgente do licenciamento da Prebesan. -----

--- Solicitou que aquando da revisão do PDM a freguesia de Almoester seja beneficiada com um “Pólo Industrial”. -----

--- Lamentou a reprovação da adesão da Câmara à Empresa “Águas do Ribatejo” a qual significa uma perda irreparável de investimentos para a sua freguesia e para o concelho ao nível do saneamento básico.-----

--- Depois, o senhor **Luís Arrais**, Presidente da Junta de Freguesia de S. Nicolau, interveio perguntado qual a situação de uma recomendação, aprovada por esta Assembleia, relativa à inversão do sentido do trânsito na Rua Pacheco Pereira. -----

--- Tomou a palavra, seguidamente, o senhor **Vítor Pinto da Rocha**, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Santarém, lamentando a não adesão do Município de Santarém à Empresa “Águas do Ribatejo”, destacando a perda de investimentos para o concelho em termos de saneamento básico. -----

--- Interveio, depois, o senhor **Diamantino Vicente**, Presidente da Junta de Freguesia de Casével, tecendo considerações relativamente aos regimes políticos, referindo não ter gostado do que leu, na comunicação social, em relação ao que está a acontecer em Alcanhões, manifestando a sua solidariedade pessoal e institucional ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcanhões pelo momento difícil que está a viver. -----

--- Usou da palavra, a seguir, o senhor **Vítor Varajão** considerando os comentários do senhor Presidente da Junta de Vale de Santarém desprovida de razoabilidade e de bom senso, em relação à posição tomada pelos vereadores do PSD, aconselhando a leitura atenta da proposta do seu Partido. -----

--- Depois, tomou a palavra o senhor **Carlos Catalão** criticando os votos contra da oposição relativamente ao projecto “Águas do Ribatejo”, considerando que para a CDU é uma questão ideológica, enquanto para o PSD corresponde ao “quanto pior melhor”, citando alguns exemplos.-----

--- Salientou que o Executivo Municipal tudo fez para que o referido projecto tivesse sido aprovado a bem do concelho.-----

Seguidamente, foi dada a palavra ao senhor **Ricardo Gonçalves**, Presidente da Junta de Freguesia de Azóia de Baixo, que colocou algumas questões sobre obras e limpeza de árvores na sua freguesia, as quais aguardam resolução.-----

--- Manifestou alguma estranheza sobre a Moção apresentada relativamente à falta de resposta aos ofícios das Juntas de Freguesia dado que a situação continua a manter-se.---

--- Referiu-se às “Águas do Ribatejo”, lembrando as promessas do senhor Presidente da Câmara em relação ao saneamento básico para a sua freguesia.-----

--- De seguida, interveio o senhor **Leonel Martinho do Rosário** congratulando-se com o sucesso da realização do II Congresso da Feira Nacional do Touro.-----

--- Solicitou esclarecimentos em relação ao aumento de capital do CNEMA, as barreiras de Santarém e ao Complexo Desportivo.-----

--- Abordou a questão da Empresa “Águas do Ribatejo”, considerando que o voto contra da CDU e do PSD são baseados em causas fictícias.-----

--- Lamentou que o concelho de Santarém esteja a deixar passar fundos comunitários para o saneamento básico e o abastecimento de água, questionando, ainda, se com esta medida a oposição não estará a comprometer o futuro de Santarém.-----

--- Usou da palavra, a seguir, o senhor **Ricardo Martinho do Rosário** congratulando-se com a revisão do PDM.-----

--- Lamentou a falta de participação da Assembleia no processo da deslocalização da Linha do Norte, alertando para a necessidade de se planear toda esta discussão num âmbito mais alargado.-----

--- Questionou ainda sobre o processo das barreiras e muralhas de Santarém.-----

--- Depois, interveio o senhor **Luís Mena Esteves**, Presidente da Junta de Freguesia de Azóia de Cima, agradecendo o empenhamento da Câmara em relação ao arranjo do caminho municipal mil quatrocentos e sessenta e seis, recentemente inaugurado.-----

--- Concluiu, manifestando o seu apoio relativo à Moção sobre “Águas do Ribatejo”.----

--- Usou da palavra, seguidamente, o senhor **Vítor Alves** tecendo considerações relativamente à Empresa “Águas do Ribatejo”, salientando que o voto contra da CDU à adesão à referida Empresa resulta da preocupação manifestada pela população. -----

--- Afirmou que os problemas do saneamento não são de agora, sublinhando ter havido um erro de base em relação a este processo dado não ter sido dado o mínimo de conhecimento do mesmo, quer aos vereadores, quer aos deputados municipais.-----

--- Manifestou a sua disponibilidade, por parte da CDU, para reapreciar este processo desde que o mesmo defenda os interesses da população, o que não é o caso. -----

--- Interveio novamente o senhor **Vítor Varajão** manifestando a sua concordância relativamente à intervenção do anterior orador.-----

--- Teceu algumas considerações relativamente a anteriores intervenções, referindo ser a favor do investimento privado desde que o interesse público não esteja em risco. -----

--- Usou, seguidamente, da palavra o senhor **António João Henriques**, Presidente da Junta de Freguesia de Póvoa de Santarém, afirmando ser a favor da adesão à Empresa “Águas do Ribatejo” porque a mesma traduz mais investimento para o concelho e para a sua freguesia, apelando que o processo seja de novo apreciado por todas as forças partidárias sem olhar a “cores”. -----

--- Foi dada, depois, a palavra ao Senhor **Luís Batista**, Presidente da Junta de Freguesia de Romeira, referindo que o saneamento básico é a obra mais importante para a sua freguesia, considerando que com a adesão à referida empresa existia mais investimento para todo o concelho e conseqüentemente para as freguesias, dado que o Município de Santarém, nas actuais condições, não tem capacidade financeira para tamanho investimento.-----

--- Tomou a palavra, a seguir, o senhor **Aires Lopes** querendo saber qual o ponto de situação das barreiras de Santarém, tendo em conta que, depois da presença do senhor Director do Edifícios e Monumentos Nacionais, nada mais se soube.-----

--- Pediu esclarecimentos em relação ao arranjo da estrada do campo e concluiu, solicitando que a documentação relativa à revisão do PDM seja fornecida com mais

antecedência.-----

--- Seguidamente, interveio o senhor **Basílio Oleiro**, Presidente da Junta de Freguesia de Arneiro das Milhariças, salientando que todas as Juntas querem saneamento básico para as suas freguesias.-----

--- Lembrou existirem lugares contíguos à sede de concelho que não têm saneamento, considerando haver dualidade de opiniões, sobre esta matéria, dentro e fora da Assembleia. -----

--- A seguir, intervieram novamente os senhores **Ricardo Ribeiro Gonçalves**, Presidente da Junta de Freguesia de Azóia de Baixo, **Leonel Martinho do Rosário**, **Luís Arrais**, **Vítor Varajão e Carlos Catalão** para tecerem alguns comentários e troca de impressões relativamente à Empresa de “Águas do Ribatejo”. -----

--- Seguidamente, usou da palavra o senhor **Joaquim Lucas da Graça**, Presidente da Junta de Freguesia de Amiais de Baixo, salientando os benefícios do saneamento básico e do abastecimento de água, manifestando a sua surpresa face às dúvidas levantadas pela oposição relativamente à Empresa “Águas do Ribatejo”. -----

--- Depois, interveio o senhor **Helder Pombo** considerando que o “negócio” da Empresa “Águas do Ribatejo” irá ser ruinoso para as populações tendo em conta o agravamento significativo do preço da água, salientando que os argumentos da autarquia não têm fundamento.-----

--- Tomou a palavra, a seguir, o senhor **Vítor Oliveira Gaspar**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Iria da Ribeira de Santarém, que lamentou a falta de discussão, no âmbito da Assembleia Municipal, do tema relativo à Empresa “Águas do Ribatejo”, levantando dúvidas sobre a acção da referida Empresa ao nível das freguesias rurais. ----

--- Alegou a falta de rentabilidade da referida Empresa, questionando se será vantajoso o “negócio” da águas ser privado ou público. -----

A seguir, no uso da palavra, o senhor **Presidente da Assembleia** referiu que a cobertura ao nível do saneamento básico se situa nos sessenta e oito por cento.-----

--- Salientou que as vantagens de adesão à Empresa “Águas do Ribatejo” não são apenas no tocante à construção de novos equipamentos, mas também ao nível da manutenção do executado, referindo que caso o Município não arranje mecanismos de financiamento, através de fundos comunitários, esses custos terão de ser suportados pelos munícipes. ---

--- Referiu ser o Município de Santarém aquele que mais beneficia em termos *per capita*, sendo o quarto com maior investimento, salientando que não se podem desperdiçar seis milhões de contos.-----

--- Lembrou o difícil processo de adesão à Resitejo no tocante à recolha selectiva dos lixos, tendo em conta que o Ministério do Ambiente preconizava para Santarém um aterro isolado. Todavia, esse desidrato não foi conseguido o que tornou a situação num problema bastante complicado para a Autarquia.-----

--- Considerou que ao não decidirmos em tempo útil corremos o risco de ficar isolados, deixando de ser uma “alavanca” para a região para passarmos a ser um problema. -----

--- Concluiu, afirmando estar disponível para realizar as reuniões que sejam necessárias, sugerindo que o assunto em causa seja reapreciado, pelo Executivo Municipal, com base em novos dados.-----

--- Foi dada a palavra, depois, ao senhor **José Borrego** que pediu esclarecimentos em relação ao encerramento de cento e trinta escolas no concelho. -----

--- Seguidamente, **Cláudio Sarmento** referindo que a questão principal não tem sido discutida que é saber, nomeadamente, quem é o parceiro privado, questionando como é que se altera algo que já foi objecto de aprovação por outros municípios.-----

--- A seguir, usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara** prestando esclarecimentos em relação à reunião com o Ministro do Ambiente, salientando que foi dado despacho aos processos em causa, dando conta da fase em que os mesmos se encontram, nomeadamente no que concerne às barreiras, ribeira de Alfange, Mouchão de Pernes, entre outros.-----

--- Referiu que a recomendação sobre a alteração do trânsito está a ser equacionada num âmbito mais alargado, uma vez que a mesma implica outras alterações.-----



--- Salientou que terá todo o interesse em levar a cabo o saneamento básico em Azóia de Baixo, assim consiga obter os meios necessários para a sua concretização. -----

--- Prosseguiu, tecendo mais algumas considerações em relação à Empresa de “Águas do Ribatejo”, referindo que com esta tomada de posição está em causa seis milhões de contos de investimento para o saneamento básico. -----

--- Concluiu, destacando a importância da adesão à referida Empresa, quer ao nível da construção, quer em relação à manutenção desses equipamentos.-----

--- Terminado o Período de Antes da Ordem do Dia, deu-se início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**. -----

--- **PONTO UM – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO DESDE A ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA, BEM COMO DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA.**-----

--- Interveio o senhor **Luís Arrais**, Presidente da Junta de Freguesia de S. Nicolau, solicitou esclarecimento em relação a quem pertence a Empresa de Manutenção de Ascensores e Entidades Inspectoras. -----

--- A seguir, solicitou a palavra o senhor **José António Borrego** para solicitar esclarecimento sobre a pergunta colocada no anterior Período. -----

--- Depois, interveio o senhor **Vicente Batalha** referindo-se à Zona de Desenvolvimento Económico de Pernes, perguntando qual o ponto de situação deste assunto. -----

--- Quis saber quais os projectos que estão a ser preparados com vista às comemorações dos “trinta anos do vinte e cinco de Abril”, considerando que as mesmas deveriam ter um programa que dignificasse Santarém e o Concelho.-----

--- Tomou a palavra, a seguir, o senhor **Carlos Catalão** que questionou sobre a situação do arranjo da estrada do campo.-----

--- Perguntou se a auto-escada dos Bombeiros Municipais já foi objecto de comparticipação financeira por parte do Estado. -----

--- Congratulou-se com o êxito da Feira Nacional do Toiro e com o andamento das obras da Escola de S. Domingos.-----

--- Concluiu, alertando para a falta de estacionamento junto da Escola de S. Domingos. -

--- Seguidamente, usou da palavra o senhor **Basílio Oleiro**, Presidente da Junta de Freguesia de Arneiro das Milhariças, esclarecendo em relação à Empresa “Águas do Ribatejo” que apenas teve uma reunião sobre o assunto em causa. -----

--- De seguida, tomou a palavra o senhor **António Simões Duarte**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcanhões, que lamentou o facto da Estação Elevatória de Alcanhões ainda não estar a funcionar por motivos de falta da ligação da luz por parte da EDP.-----

--- Pediu esclarecimentos sobre as passagens desniveladas e o arranjo da estrada do campo. -----

--- Perguntou para quando está prevista a transferência da verba para a Junta de Freguesia, respeitante às obras do cemitério.-----

--- Questionou que medidas foram tomadas junto do IEP com vista a serem efectuados os arranjos urbanísticos dentro da freguesia de Alcanhões.-----

--- Depois, interveio o senhor **Ricardo Martinho do Rosário** questionando sobre os arranjos exteriores da Escola D. João II e se a Escola de São Domingos irá abrir no próximo ano lectivo. -----

--- A seguir, usou da palavra o senhor **Vítor Oliveira Gaspar**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Iria da Ribeira de Santarém, solicitando esclarecimento acerca do arranjo do muro do cemitério, bem como do Projecto ALMARGEM. -----

--- Seguidamente, foi dada a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** que começou por responder que as Escolas que o Governo pretende encerrar serão aquelas que tiverem menos de cinco alunos. No entanto, a Câmara Municipal ainda não se pronunciou sobre esta matéria.-----

--- Quanto à Zona de Desenvolvimento Económico de Pernes, referiu existir apenas uma empresa ali instalada, salientando estarem em estudo mecanismos com vista a atrair

investidores para aquela zona, através de uma possível saída da Auto-estrada mais próxima de Pernes.-----

--- Relativamente às comemorações do vinte e cinco de Abril, informou existir já um pré-programa, encontrando-se prevista uma reunião com as associações envolvidas neste processo.-----

--- Quanto à estrada do campo, lamentou que as duas candidaturas apresentadas para o arranjo da referida estrada tenha sido refutada por parte da Administração Central.-----

--- Esclareceu, também, que a auto-escada ainda não foi objecto de pagamento por parte do Governo.-----

--- Referiu, ainda, que o aumento de capital do CNEMA significou um grande esforço financeiro da Câmara.-----

--- No tocante às passagens desniveladas, disse ser um problema bastante antigo, do qual o senhor Presidente da Junta de Alcanhões tem conhecimento, adiantando estar a decorrer um concurso onde irá ser indicado um corredor alternativo para o desvio da Linha do Norte.-----

--- Em relação à ETAR de Alcanhões declinou as responsabilidades da Câmara, considerando que a Junta também tem a sua quota parte de responsabilidades nesta matéria.-----

--- Quanto aos arranjos exteriores da Escola D. João II, referiu que os mesmos ainda não foram concluídos dado o incumprimento da Administração Central.-----

--- Relativamente à Escola de S. Domingos, adiantou que a mesma irá abrir no ano lectivo de dois mil e quatro/dois mil e cinco.-----

--- Em relação ao muro do Cemitério da Ribeira, afirmou que a obra se encontra em fase de adjudicação.-----

--- Concluiu, dando conta que a segunda fase do ALMARGEM irá ter início, brevemente, estando prevista uma apresentação prévia do respectivo projecto.-----

--- A seguir, intervieram novamente os senhores **Vicente Batalha e António Simões Duarte**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcanhões, para solicitarem esclarecimentos em relação às suas anteriores intervenções.-----

--- Retomou a palavra, depois, o senhor **Presidente da Câmara** afirmando que, no seu entender, o projecto da Zona de Desenvolvimento Económica de Pernes não serve a região.-----

--- Considerou que em todas as obras que ocorram numa determinada freguesia, a respectiva Junta tem a sua responsabilidade, para o bem e para o mal.-----

--- Quanto aos arranjos urbanísticos em Alcanhões, informou ter recebido um ofício do IEP dando conta de não existir disponibilidade financeira para a desclassificação da referida estrada.-----

--- De seguida, retomou a palavra o senhor **Vicente Batalha** agradecendo a afirmação do senhor Presidente da Câmara com a não concordância do projecto para a Zona de Desenvolvimento Económico de Pernes, sublinhando que, ele próprio, também não concordou com o referido projecto, aquando da sua elaboração em mil novecentos e noventa e quatro. -----

--- Por último, o senhor **Presidente da Câmara** interveio prestando breves esclarecimentos sobre a Zona de Desenvolvimento Económico de Pernes.-----

--- *Este ponto não carece de qualquer votação.*-----

--- **PONTO DOIS – REGULAMENTO PARA INSPECÇÃO DE ASCENSORES, MONTA-CARGAS, ESCADAS MECÂNICAS E TAPETES ROLANTES, TAXAS E REGIME SANCIONATÓRIO.** -----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de nove do corrente mês, cabe-me propor à Exma. Assembleia a apreciação da proposta de **Regulamento para Inspeção de Ascensores, Monta-Cargas, Escadas Mecânicas e Tapetes Rolantes, Taxas e Regime Sancionatório**, nos termos da alínea a), do número dois, do artigo cinquenta e três, da

Lei cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”.-----

--- Dada a inexistência de intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta de **Regulamento para Inspeção de Ascensores, Monta-Cargas, Escadas Mecânicas e Tapetes Rolantes, Taxas e Regime Sancionatório**, nos termos da alínea a), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por unanimidade**.----

--- Tendo em conta a urgência deste assunto e o preceituado no número três, do artigo noventa e dois, da Lei cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a aprovação em minuta do **Ponto Dois**, tendo sido **aprovado por unanimidade**.-----

--- **PONTO TRÊS – PROPOSTAS DE VOTOS, MOÇÕES OU RECOMENDAÇÕES ENTREGUES NA MESA ATÉ AO INÍCIO DO PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”**.-----

--- **MOÇÃO “SOBRE O ABORTO EM PORTUGAL”**-----

--- “Um – O aborto é um grave problema de saúde pública. Segundo dados oficiais, em dois mil e dois, cerca de onze mil mulheres deram entrada nos hospitais públicos, por aborto, das quais apenas seiscentos e setenta e cinco correspondem a abortos praticados ao abrigo da lei. Dados da Associação Internacional para o Planeamento da Família apontam para uma estimativa de abortos clandestinos, no nosso país, na ordem dos quarenta mil/ano. Contudo existem cálculos que apontam números superiores. Todos os anos se registam mortes de milhares de mulheres. Também, todos os anos, são investigadas e sujeitas a julgamento, mulheres acusadas da prática de aborto.-----

--- Dois – Estes dados revelam que Portugal continua a manter uma lei desajustada da realidade social, uma lei desumana, uma lei cruel para as mulheres, uma lei que representa um verdadeiro atentado à saúde pública.-----

---Três – Contrariando recentes recomendações internacionais, nomeadamente da Nações Unidas e do Parlamento Europeu, que recomendam a não perseguição judicial das mulheres que recorram ao aborto. Portugal mantém, ao lado da Irlanda, uma das legislações mais restritivas da União Europeia. Situação social e legal que expõe as mulheres ao aborto em condições que põem em causa a sua saúde e que sujeita à humilhação de serem investigadas, julgadas e condenadas.-----

---Quatro – A manutenção da criminalização da interrupção voluntária da gravidez não resolveu, nem resolverá, este grave drama social. Uma lei que despenalize o aborto não se impõe à consciência individual de cada pessoa, nem obriga alguém a recorrer ao aborto.-----

---Nestes termos a Assembleia Municipal de Santarém, reunida em sessão ordinária, no dia vinte e sete de Fevereiro de dois mil e quatro, delibera:-----

---Um – Expressar a sua solidariedade para com as mulheres sujeitas a situações dramáticas, injustamente expostas a humilhantes acusações legais que uma alteração legal pode e deve alterar.-----

---Dois – Apelar à Assembleia da República para que tome as medidas legislativas necessárias à alteração da lei penal, permitindo a despenalização da Interrupção Voluntária da Gravidez até às doze semanas, a pedido da mulher, para uma maternidade consciente e para protecção da saúde da mulher.-----

---Três – Enviar a presente moção às seguintes entidades: Presidente da República, Assembleia da República, Grupos Parlamentares, Governo, Procurador-Geral da República, Conselho Superior da Magistratura, Provedor de Justiça e Imprensa Nacional, Regional e Local.”.-----

---Interveio o senhor **Vasco Graça Moura** referindo que dada a posição do PSD, no início da actual legislatura, a sua bancada votará contra a presente Moção.-----

---Afirmou que, pessoalmente, concorda que a mulher deve ter o direito a decidir sobre a interrupção voluntária da gravidez até às dez ou doze semanas.-----

--- Referiu, todavia, que a sua bancada não tem condições para viabilizar esta Moção tendo em conta o seu teor, considerando que a mesma não trata de conceder a despenalização da interrupção voluntário da gravidez, mas sim de reconhecer à mulher o direito de decidir sobre esta matéria. -----

--- Depois, usou da palavra a senhora **Rosalina Melro** referindo que a mulher portuguesa tem vindo a ser discriminada com base numa legislação que não lhe permite a privacidade e a decisão da sua própria consciência. -----

--- Esgotadas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a Moção em epigrafe, tendo sido **aprovada por maioria**, com vinte e quatro votos a favor, dezanove votos contra e três abstenções. -----

--- RECOMENDAÇÃO “MEDALHA DE OURO PARA JOAQUIM JORGE DUARTE – O DIABO” -----

--- “Neste momento, o objectivo de colocar o processo “Alviela” na agenda política foi alcançado. -----

--- No entanto, o momento ainda exige que a pressão continue, para que finalmente se passe das palavras aos actos, e assim a solução apontada se concretize, de imediato, com a participação e o empenho das partes envolvidas. -----

--- É por isso oportuno, e de justiça, que também regresse à ordem do dia a questão da Homenagem concelhia, que tarda, devida a Joaquim Jorge Duarte, mais conhecido por “O DIABO”, símbolo popular da luta das populações pelo “ALVIELA” e fundador da CLAPA. -----

--- A Junta de Freguesia de Pernes homenageou “O DIABO”, no dia “vinte e cinco de Abril” de mil novecentos e noventa e um, num conjunto de cerimónias que tiveram a presença do Secretário de Estado do Ambiente, Macário Correia. -----

--- Em trinta e um de Outubro de dois mil e um, apresentei na reunião de Câmara descentralizada, na freguesia de Arneiro das Milhariças, a proposta de atribuição da Medalha de Ouro de Santarém a Joaquim Jorge Duarte, “O Diabo”. -----

--- A unanimidade necessária não foi conseguida, e a questão permanece em aberto. -----

--- Se tenho mantido silêncio sobre o assunto, é pela simples razão de que aguardava que a Câmara Municipal apresentasse a esta Assembleia o Regulamento das Distinções Honoríficas do Concelho, conforme Recomendação desta Assembleia Municipal, aqui aprovada, por unanimidade, no dia onze de Outubro de dois mil e dois, com a indicação do prazo de seis meses, para o efeito. -----

--- Por sentir que a memória e a gratidão caracterizam as sociedades, e criam estímulos e impulsos para a acção, sinto também ser este o momento de fazer justiça e reconhecer. --

--- Se a luta das populações ribeirinhas pelo “ALVIELA” é um factor identitário do concelho, Joaquim Jorge Duarte, “O Diabo”, é o rosto dessa luta, pioneiro, o primeiro na frente do combate, quando ele era mais difícil, e o Ambiente ainda não constava das preocupações dos governantes portugueses.-----

--- O galardão máximo de Santarém assenta-lhe bem, como um “Prémio de Ambiente” com o seu nome lhe assentava como uma luva e perpetuaria o seu nome de ecologista nato. -----

--- Por isso propõe-se: -----

--- Que a Assembleia Municipal de Santarém, reunida em Sessão Ordinária, no dia vinte e sete de Fevereiro de dois mil e quatro, delibere recomendar à Câmara Municipal a análise da atribuição da Medalha de Ouro de Santarém a Joaquim Jorge Duarte, “O DIABO”, e a criação de um Prémio de Ambiente com o seu nome.”. -----

--- Interveio o senhor **Vicente Batalha** fazendo a apresentação da Recomendação, destacando a personalidade de Joaquim Jorge Duarte.-----

--- Aproveitou, ainda, para realçar a necessidade do novo “Regulamento das Distinções Honoríficas do Concelho” ser elaborado de modo a resolver algumas situações e sanar algumas injustiças existentes.-----

--- Dada a inexistência de mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a Recomendação acima transcrita, tendo sido **aprovada por maioria**, com cinco abstenções.-----

--- MOÇÃO “ÁGUAS DO RIBATEJO”: -----



--- “No âmbito de processo desencadeado pela Associação de Municípios da Lezíria do Tejo, a Câmara Municipal de Santarém apreciou recentemente a possibilidade do Município aderir à empresa inter-municipal ÁGUAS DO RIBATEJO.-----

--- Ao contrário das restantes oito autarquias pertencentes à Associação da Lezíria do Tejo, a decisão tomada em reunião extraordinária de dezassete de Fevereiro de dois mil e quatro pela Câmara de Santarém, foi desfavorável, tendo os votos contra do PSD e da CDU inviabilizado a resolução a curto prazo dos problemas ambientais, essencialmente no âmbito do saneamento, que ainda afectam o concelho, sobretudo no meio rural. -----

--- Uma vez que não surgiram propostas alternativas devidamente consolidadas que assegurassem os investimentos indispensáveis à melhoria dos índices de cobertura e do serviço às populações quer no que respeita ao abastecimento de água quer no saneamento, a Assembleia Municipal de Santarém reunida em sessão ordinária no dia vinte e sete de Fevereiro de dois mil e quatro, recomenda à Câmara que reagende a discussão deste assunto. Em simultâneo, solicita a todos os elementos do executivo camarário, que reconsiderem sem preconceitos a reapreciação do mesmo assunto e que, no mais curto prazo envidem todos os esforços no sentido de gerar os consensos que conduzam à participação do Município de Santarém num projecto fundamental para o desenvolvimento do concelho e da região, assim como ao bem estar da população.”. -----

--- Foi dada a palavra ao senhor **Vítor Varajão** que referiu que o PSD estaria na disposição de votar favoravelmente esta Moção, caso a mesma seja transformada em “Recomendação” e anexasse à mesma a proposta apresentada, pelos vereadores do seu Partido, em reunião de Câmara. -----

--- A seguir, interveio o **Leonel Martinho do Rosário** considerando ser de todo o interesse que a Moção apresentada fosse entendida como um contributo positivo de modo ajudar a encontrar uma solução definitiva sobre o problema das “águas”.-----

--- Depois, usou da palavra o senhor **Luís Almeida** salientando que aquilo que se pretende com esta Moção é que o Executivo volte a apreciar este assunto.-----

--- Interveio, seguidamente, o senhor **Vítor Alves** referindo que, na opinião da CDU, a Moção não é nada objectiva, salientando que não faz sentido analisar de novo este assunto sem haver alterações à proposta já apreciada pelo Executivo Municipal -----

--- No entanto, manifestou abertura para apreciar eventuais alternativas com vista à solução deste importante problema. -----

--- Tomou a palavra, a seguir, o senhor **Luís Arrais**, Presidente de Junta de Freguesia de S. Nicolau, levantando dúvidas se vale a pena apreciar propostas alternativas tendo em conta que os outros municípios já aprovaram os respectivos documentos de adesão. -----

--- Depois, o senhor **Presidente da Assembleia** interveio considerando haver clara vantagem de uma reapreciação deste assunto num contexto mais alargado, sublinhando que não fazia sentido que o Executivo fosse analisar de novo os mesmos documentos. ---

--- Foi dada a palavra, a seguir, o senhor **Nuno Castelbranco** salientando que, no seu entender, aquilo que a Moção preconiza é a reapreciação dos mesmos documentos. -----

--- Retomou a palavra o senhor **Leonel Martinho do Rosário** para afirmar que aceita a sugestão do PSD no sentido de anexar à presente Moção a proposta dos Vereadores daquele Partido. -----

--- De seguida, usou da palavra o senhor **Vasco Graça Moura** referindo já haver outros Municípios que deliberaram sobre esta matéria. Assim sendo, não entende em que consiste o agendamento para a reapreciação do assunto em causa, sugerindo que os trabalhos sejam suspensos de modo a averiguar, através do Secretariado, se existem dados novos. -----

--- Interveio o senhor **Vicente Batalha** para questionar se o PS tem novos dados sobre esta matéria. -----

--- Depois, foi dada a palavra ao senhores **Vítor Pinto da Rocha**, Presidente de Junta de Freguesia de Vale de Santarém; e **Luís Batista**, Presidente da Junta de Freguesia de Romeira; que sublinharam a importância deste assunto, sugerindo que esta matéria seja

de novo apreciada, pelo Executivo Municipal, com os contributos de todas as forças políticas.-----

--- Interveio, seguidamente, o senhor **Eurico Saramago** considerando que seria útil conhecer a posição do senhor Presidente da Câmara em relação a esta Moção e se será possível alterar aquilo que as outras Assembleias já aprovaram.-----

--- A seguir, tomou a palavra, o senhor **Presidente da Câmara** que prestou esclarecimentos relativamente ao desenrolar deste processo, destacando que os oito municípios que se pronunciaram sobre esta matéria o fizeram sem ter conhecimento do respectivo Caderno de Encargos e do Programa de Concurso, uma vez que só faz sentido a sua apreciação numa fase posterior à constituição da respectiva empresa, ao contrario dos eleitos da Câmara Municipal de Santarém. Sublinhou que as alterações propostas pelo PSD, aos referidos documentos, foram remetidas à Associação de Municípios da Lezíria do Tejo.-----

--- Concluiu, considerando não fazer sentido fazer qualquer reagendamento desta matéria sem haver dados novos, salientando que a Moção apresentada merece a sua inteira concordância.-----

--- Após alguma troca de impressões, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a Moção em epígrafe, tendo sido **rejeitada por maioria**, com vinte e cinco votos a contra, dezoito a favor e zero abstenções.-----

--- O senhor **Luís Batista**, Presidente da Junta de Freguesia de Romeira, efectuou a seguinte Declaração de Voto:-----

--- “Lamento que ao fim de catorze anos, como Presidente de Junta, a defender a população do concelho verifique aqui que a minha voz e as minhas preocupações não tenham sido ouvidas”.-----

--- A seguir, o senhor **Eurico Saramago** proferiu a seguinte Declaração de Voto:-----

--- “Lamento o modo como se procedeu à votação desta proposta, tendo em conta a solução apresentada pelo deputado Vasco Graça Moura, no sentido de suspender esta sessão de modo a se poder equacionar se existiam novos elementos na Câmara. O PSD

estará aberto a viabilizar o projecto da Empresa “Águas do Ribatejo”, caso haja alteração do Pacto Social, para bem do concelho de Santarém”.-----

--- Depois, o senhor **Vasco Graça Moura** prestou a seguinte Declaração de Voto: -----

--- “Votei contra esta Moção por ela não ter qualquer significado útil que pudesse alterar o deliberado pela Câmara, mas sim uma tentativa de salvar uma actuação inaceitável, pelo Executivo Socialista, nesta matéria”.-----

--- Esgotada a Ordem de Trabalhos e nos termos da Lei e do Regimento, o Senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberto o **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**.-----

--- Interveio o senhor **Ramiro Matos** referindo que se houver alteração dos dados não é necessário a Assembleia recomendar à Câmara para que o assunto seja de novo apreciado pelo respectivo Executivo Municipal.-----

--- Considerou importante que este projecto seja equacionado, com as devidas correcções e com base numa nova realidade, no âmbito da Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo, recentemente criada.-----

--- Depois, foi dada a palavra ao senhor **Paulo Chora** que levantou algumas questões relativamente à Empresa de “Águas do Ribatejo”, perguntando o que irá acontecer aos cerca de duzentos funcionários dos Serviços Municipalizados de Santarém.-----

--- A seguir, usou da palavra o senhor **José Luís Cruz** salientando que a proposta do PSD foi remetida, via fax, para a AMLT no mesmo dia da reunião de Câmara em que a mesma foi apreciada.-----

--- Seguidamente, interveio o senhor **Nuno Félix** levantando algumas dúvidas porque razão o senhor Presidente da Câmara defendeu tanto este projecto sem alterações, questionando se já existe algum parceiro privado para o mesmo.-----

--- Por último, foi dada a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** que prestou breves esclarecimentos.-----

--- Eram duas horas e cinquenta minutos do dia seguinte, quando o senhor **Presidente da**

**Assembleia** deu por encerrada a sessão de que se lavra a presente acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada.-----

--- E eu, Carlos Alberto Pereira Almeida, a redigi e subscrevi.

-----**O PRESIDENTE**-----

--- \_\_\_\_\_

-----**O PRIMEIRO SECRETÁRIO**-----

--- \_\_\_\_\_

-----**O SEGUNDO SECRETÁRIO**-----

--- \_\_\_\_\_